



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de Carlos Martins

COMISSÃO EXECUTIVA DO STAL

POR UMA ADSE PÚBLICA E COM DIREITOS!

Uma saudação à mesa e a todos os delegados e convidados à nossa Conferência, com desejos de um trabalho profícuo e sobretudo que saíamos daqui estimulados e preparados para o novo mandato que se avizinha...

Decorria o já longínquo ano de 1963, quando foi criado o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, que todos conhecemos como ADSE.

Teve como objectivo ultrapassar uma situação de desproteção dos funcionários públicos em relação aos demais trabalhadores das empresas privadas e era, portanto, um serviço gratuito.

Volvidos precisamente 60 anos da sua criação, tirando o princípio, tudo mudou...

A gratuidade do serviço foi desaparecendo ao longo dos anos, sendo que hoje os cerca de um milhão e duzentos e oitenta mil beneficiários (aposentados, trabalhadores no activo e familiares que cumprem os requisitos) contribuem com 3,5% do seu salário, levando o organismo a apresentar saldos positivos de milhões de euros, estima-se que no início deste ano o saldo acumulado da ADSE se aproxima dos mil milhões de euros, sendo urgente que este valor seja posto ao serviço dos beneficiários.

Vários governos têm tentado desvirtuar a ADSE defendendo a sua transformação numa Mútua ou numa instituição com funcionamento idêntico a uma seguradora, vejam-se as declarações do líder do principal partido de oposição que ainda recentemente defendia que a ADSE deveria ser transformada num Seguro Universal de Saúde.

Esse não é o caminho e felizmente os beneficiários têm rejeitado e conseguido impedir essa ideia.

Todavia não está definitivamente afastada a intenção do governo de converter a ADSE “noutra coisa”. Para já procura retirar direitos, manter a acumulação de saldos, encaminhando-se para a criação de um “fundo de reserva” e inadmissivelmente tem contribuído para o protelamento da regularização das dívidas dos grandes grupos privados da saúde.

As novas tabelas do regime convencionado aumentaram o valor que a ADSE paga aos prestadores privados por consulta, meios complementares de diagnóstico e diversos actos clínicos na ordem dos 22

milhões de euros e a isso somamos os 8 milhões que os beneficiários passaram a pagar directamente, o que é inaceitável face aos baixos salários e pensões de trabalhadores e aposentados.

Assim sendo, é necessário, e os trabalhadores assim o exigem, a manutenção da ADSE como um direito dos trabalhadores e aposentados e, a redução dos descontos em número de meses e em percentagem.

É justo reclamar essa redução...

Não é aceitável que o actual desconto para a ADSE seja de 3,5% sobre 14 meses ao ano porque:

- A ADSE goza de boa saúde financeira
- O ano só tem 12 meses possíveis para uso da ADSE
- Os serviços estão mais caros para os beneficiários
- A generalidade dos salários e pensões continua muito aquém do necessário

É, portanto, urgente a reversão dos descontos de 3,5% para 1,5%, em 12 meses e não em 14 meses como actualmente.

A ADSE precisa de ser defendida,

Os direitos dos beneficiários têm que ser acautelados!

Viva o STAL!

Viva os trabalhadores Portugueses!